A SITUAÇÃO DOS CONTRATOS DIANTE DA PANDEMIA COVID-19

THE SITUATION OF CONTRACTS IN THE FACE OF THE COVID-19 PANDEMIC

Rafael Menguer Bykowski Santos¹

RESUMO

As alterações decorrentes da pandemia acarretaram um processo de modificações intensas em todo o corpo jurídico brasileiro. Sendo a pandemia de caráter global, a mesma fundamentou transformações administrativas e legislativas intensas para as normas estatais em caráter nacional e global. Dessa forma, faz-se necessário o estudo e a delimitação do problema dentro do ponto de vista teórico, objetivando uma solução adequada para a questão. Nessa perspectiva, o trabalho baseou-se nas modificações ocorridas no direito contratual, advindas do período de calamidade pública, sendo essas concretizadas nas esferas federal, estadual e municipal. Em especial, a investigação teve como objetivos a identificação e a análise das propostas e medidas estabelecidas em território nacional, principalmente nos contratos cíveis, de consumo, administrativos, empresariais e imobiliários, abordando suas alterações mais relevantes, dentro do paradigma jurídico brasileiro.

Palavras-chaves: Direito Civil. Direito do Consumidor. Direito Empresarial. Pandemia.

ABSTRACT

The changes resulting from the pandemic resulted in a process of intense changes in the entire Brazilian legal body. As the pandemic is of a global nature, it has given rise to intense administrative and legislative transformations for national and global state standards. Thus, it is necessary to study and delimit the problem from the theoretical point of view, aiming at an adequate solution to the issue. In this perspective, the work was based on the changes that occurred in the contractual law, arising from the period of public calamity, these being implemented in the federal, state and municipal spheres. In particular, the investigation aimed to identify and analyze the proposals and measures established in the national territory, mainly in civil, consumer, administrative, business and real estate contracts, addressing their most relevant changes, within the Brazilian legal paradigm.

Keywords: Civil right. Consumer Law. Business Law. Pandemic.

¹Bacharelado em Direito na Faculdade de Direito de Franca/SP. Graduando em Superior de Tecnologia em Gestão de Serviços Jurídicos, Notariais e de Registro na Universidade Paulista/SP. Profissionalmente exerce a função de Auxiliar de Cartório no Registro Civil de Pessoas Naturais de Pedregulho/SP. É pesquisador do Grupo de Estudos de Direito Agrário da Faculdade de Direito de Franca/ SP. Email: rafaelmenguer2001@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As modificações legislativas, administrativas e judiciais ocorridas nas esferas federal, estadual e municipal em decorrência da pandemia da “COVID-19”, ocorrem diariamente, sendo de grande relevância para o mundo jurídico a análise de suas alterações em todos os níveis do corpo jurídico nacional.

A nível estatal, a estrutura atual passa por modificações independentemente das posturas dos órgãos dirigentes com relação às suas atribuições. Do mesmo modo, novos modelos estruturais determinam novas proposições. Acima de tudo, é fundamental ressaltar que a contínua expansão da pandemia pode nos levar a considerar a reestruturação das direções preferenciais no sentido do desenvolvimento econômico e social.

Por outro lado, a constante divulgação das informações facilita a criação dos métodos utilizados para a avaliação de resultados, estabelecendo-se, gradativamente, que a execução dos pontos preconizados nas novas normas legais e administrativas venham a ressaltar as medidas emergências.

Este trabalho analisa a situação dos contratos diante da pandemia do “coronavírus”, sendo que para atingir o escopo da investigação, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, bem como utilizado o método dedutivo de análise do material, coadunando tais aspectos a uma exploração da doutrina relacionada ao problema.

Como referencial teórico, a pesquisa buscou a investigação dos contratos e suas alterações, em face da pandemia que está ocorrendo no Brasil e no mundo, bem como, com o progresso de contaminação, fundamentaram modificações legislativas, principalmente no gerenciamento dos contratos. Os aspectos mais relevantes dessas alterações, as vantagens e desvantagens dessas mudanças advindas do estado de calamidade, são ponderados neste estudo.

Primeiramente, o trabalho apresenta uma linha cronológica temporal, sobre o progresso do contágio no território brasileiro e no mundo, desde o primeiro registro até as leis e decretos estabelecidos em decorrência do andar do surto pelo globo.

Posteriormente, são apresentadas e analisadas as modificações ocorridas nos contratos da administração pública, passando pelo âmbito do consumidor, cível, empresarial e imobiliário. Nesse prisma, são então abordados a legislação e os decretos mais relevantes

aplicados, com o escopo de perceber e especificar a nova realidade dos contratos diante da pandemia do “COVID-19”.

2 CRONOLOGIA DA PANDEMIA NO BRASIL E NO MUNDO

A pandemia é um flagelo de caráter global, sendo na lição de Pereira (2004, p.12): “caracterizada por uma epidemia com larga distribuição geográfica, atingindo mais de um país ou de um continente. Um exemplo típico deste evento é a epidemia de AIDS que atinge todos os continentes”.

Nessa mesma linha, faz-se necessário ressaltar o conceito constante no Boletim Epidemiológico do Estado de São Paulo (2016, p.10), *in verbis*: “uma pandemia global, ou seja, uma epidemia generalizada que deve ser considerado como um problema de saúde pública, não apenas como problema individual, mas que afeta toda a sociedade.”.

Atualmente, o mundo enfrenta uma pandemia em larga escala conhecida como “COVID-19” ou “nCoV-19”, membro da família “CoV”. No Brasil o vírus recebeu a denominação de “coronavírus”, doença que teve seus primeiros casos confirmados em dezembro de 2019 na República Popular da China, localidade de Wuhan, sendo esses casos comunicados à Organização Mundial da Saúde (OMS).

Já no começo de 2020, ainda no mês de janeiro, a OMS noticiou a ocorrência de casos de infecções virais na China, divulgando quadros de pessoas portadoras de sintomas leves e outras com manifestações graves da doença. No final do mesmo mês, a organização declarou o vírus como sendo um problema de saúde pública internacional.

Nessa senda, a entidade começou a coordenar vários eventos de caráter extraordinários, exigindo uma resposta internacional sistematizada oposta ao risco à saúde pública proveniente do “coronavírus”, principalmente em face de que, em determinado momento, a propagação ultrapassou as fronteiras chinesas. Naquela altura, a doença era tratada apenas como uma simples epidemia, ou seja, as ocorrências foram ficando gradativamente maiores. Nesse sentido, Pereira (2004, p.07) define adequadamente tal dimensão epidêmica:

É a ocorrência em uma comunidade ou região de casos de natureza semelhante, claramente excessiva em relação ao esperado. O conceito operativo usado na epidemiologia é: uma alteração, espacial e

cronologicamente delimitada, do estado de saúde-doença de uma população, caracterizada por uma elevação inesperada e descontrolada dos coeficientes de incidência de determinada doença, ultrapassando valores do limiar epidêmico preestabelecido para aquela circunstância e doença. Devemos tomar cuidado com o uso do conceito de epidemia lato-sensu que seria a ocorrência de doença em grande número de pessoas ao mesmo tempo.

Nessa realidade, o Brasil declarou o novo “coronavírus” como um caso de emergência de saúde pública, conforme descreve a Portaria n.º 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde (MS).

E, esse status de emergência, se aplica a um surto epidêmico que apresenta possibilidade de se espalhar por todo o país, podendo ser originado por agentes infecciosos inesperados, estar relacionado a reintrodução de uma doença erradicada, ter um alto nível de severidade e/ou exceder a capacidade da gestão do estado, ou seja, das unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo sido instituído pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, justamente como resposta a eventos de urgência.

Em razão da pandemia, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, promulgou a Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, estabelecendo as medidas estatais necessárias para responder ao estado de emergência derivado do “coronavírus”.

Ademais, é importante ressaltar que OMS, também em fevereiro, rotulou a nova doença, como já citado, de “COVID-19”, esclarecendo então, os sintomas apresentados. Em casos mais leves: problemas respiratórios, febre e tosse. Já em situações mais graves, a infecção viral poderia evoluir para pneumonia, problemas nos rins e até mesmo levar à morte. Segundo a OMS (2020) o “coronavírus” têm sua transmissão de pessoa para pessoa, pelo ar ou contato pessoal com contaminados, especialmente através de secreções como saliva, espirro e muco do nariz.

O Ministério da Saúde, ainda em fevereiro, também publica o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus 2019-nCoV, que define o nível de resposta a doença e a estrutura de comando adotada. O plano é atualizado periodicamente de acordo com avaliações de risco e considerando a desenvolvimento do conhecimento científico e as circunstâncias existentes, de modo a garantir um nível de resposta e implementação de medidas mais eficazes. No dia 26 de fevereiro de 2020, o Brasil segundo o MS (2020) tem o primeiro caso registrado da doença.

A OMS, já no início de março, declara o “COVID-19” como uma pandemia, ou seja, a doença atinge patamar de disseminação global, cruzando internacionalmente fronteiras e

afetando muitos indivíduos. Nesse mesmo descortino, a OMS (2009) afirma que o status dado não está relacionado com a gravidade da doença ou sua taxa de mortalidade.

O MS publica a Portaria n.º 356, de 11 de março de 2020, estabelecendo medidas de isolamento que buscam segregar pessoas sob condições clínicas e investigação laboratorial para evitar a disseminação da infecção e seus locais transmissão, bem como a quarentena, que procura garantir a manutenção dos serviços de saúde. Fica definido que o isolamento deve ser determinado por receita médica ou por recomendação do agente vigilância sanitária, já a quarentena é determinada por uma ato administrativo devidamente fundamentado.

No seguir da cronologia, o Distrito Federal publica o Decreto n.º 40.520, também em 11 de março de 2020, suspendendo atividades coletivas em filmes e teatros, bem como atividades educacionais em escolas e universidades da rede pública. Na sequência, no dia 13 de março de 2020, outros estados publicam medidas de emergência em resposta ao novo surto. São Paulo, por meio do Decreto n.º 64.862, e o Rio de Janeiro, pelo Decreto n.º 46.970.

Entre as medidas estabelecidas pelas normas administrativas, os eventos públicos com participação superior ao número de 500 pessoas, foram suspensos e foi estabelecida a recomendação da gradual suspensão das aulas no ensino fundamental, médio e superior.

No seguir da cronologia, no dia 16 de março de 2020, o Estado de Rio de Janeiro, pelo Decreto n.º 46.973, o Município de São Paulo, através do Decreto n.º 59.283, e a Prefeitura de Ribeirão Preto, pelo Decreto n.º 065, declaram estado de emergência.

Essas medidas forma adotadas em conformidade com o Decreto n.º 7.257, de 4 de agosto de 2010, do governo federal. Tal normativa, dispõe a respeito de qualquer condição extraordinária ou circunstância motivada por desastres, causando estes, perdas ou danos que impliquem no comprometimento parcial da capacidade da autoridade governamental de responder ao evento.

Posteriormente, o presidente solicita ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade, conforme a Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020.

Também, a Prefeitura de Franca, conforme o Decreto n.º 11.018, de 19 de março de 2020, declara estado de emergência em face da doença.

No dia 20 de março de 2020, o Presidente da República emite o Decreto n.º 10.282, quer foi posteriormente alterado pelo Decreto n.º 10.292, de 25 de março de 2020, definindo atividades essenciais e serviços públicos indispensáveis ao atendimento das necessidades essenciais da comunidade, que devem, portanto, permanecer ativos para não colocar em risco

a sobrevivência, saúde, segurança ou proteção da população. São exemplos de tais atividades o transporte, as telecomunicações, a iluminação, a captação de água, a coleta e tratamento de esgoto ou lixo.

Ainda, no dia 20 de março de 2020, o Congresso Nacional declara o estado de calamidade pública nacional pelo Decreto Legislativo n.º 06. Sendo firmado que essa situação é decorrente de uma ação extraordinária, causadora de danos, ferimentos ou outra situação que impacte a vida das pessoas, bem como em face do eventual incapacidade de resposta das autoridades públicas. O Estado de São Paulo, pelo Decreto n.º 64.879, e Rio de Janeiro, através do Decreto n.º 46.984, decretam a mesma medida.

No dia 22 de março de 2020, tem início a quarentena no Estado de São Paulo em conformidade ao Decreto n.º 64.881. Os objetivos estatais são os de evitar possível contaminação ou propagação do “coronavírus”. Os estabelecimentos envolvidos em cuidados de saúde, fornecimento e atividades de segurança, entre outros, continuam abertos, em conformidade com a medida governamental. Todavia, os serviços relacionados aos restaurantes e bares, ficam restritos a opção de entrega, o denominado “delivery”.

O Distrito Federal, no dia 23 de março de 2020, publica o Decreto n.º 40.550, estabelecendo medidas para lidar com a saúde pública, levando em consideração o caráter emergencial relacionado as preocupações internacionais associadas à doença. Entre as providências distritais estão o fechamento de centros comerciais, academias e suspensão de atividades escolares, enquanto supermercados, estabelecimentos envolvidos na venda de alimentos, instalações de saúde e lojas de materiais de construção, devem permanecer abertos.

Nessa realidade, o Estado do Rio de Janeiro, no dia 27 de março de 2020, publica o Decreto n.º 47.006, prorroga a suspensão de certas atividades, estabelecidas pelo Decreto n.º 47.027, em 13 de abril de 2020, enquanto supermercados, negócios envolvidos na venda de alimentos e instalações de saúde, prosseguem, obrigatoriamente, em funcionamento.

Dessa forma, vários decretos e medidas foram sendo estabelecidas em todos os estados e municípios brasileiros de forma diária, dos meses de fevereiro e março até os dias atuais, constatando-se que os governadores e prefeitos, alteram suas medidas e decretos a todo momento, em decorrência da gravidade da pandemia.

3 ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS PÚBLICOS

A pandemia afetou várias esferas legais, sendo que a administração pública foi uma delas. A União, Estados e Municípios estabelecem relações e contratos públicos, muitos destes estavam em andamento durante a pandemia. Nessa realidade, nos contratos governamentais para compra de bens, realização de serviços ou obras, os riscos decorrentes de um evento de força maior são geralmente atribuídos ao contratado.

De outra banda, contratos públicos de concessão de serviços de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e de serviços públicos, a alocação de riscos pode ser estabelecida de outra forma, qual seja, alocando os respectivos riscos ao contratante.

Em tal contexto, os contratados devem verificar efetivamente em cada contrato, como tais riscos são designados, havendo, conseqüentemente, a necessidade de notificar a entidade governamental sobre a ocorrência de um evento de força maior.

Nesse prisma, contratantes e contratados devem salvaguardar seus direitos e ajustar termos de reagendamento do contrato original, marcos e eventos, bem como situações de renegociação das condições econômico-financeiras do contrato. Estas e outras precauções adotadas por empresas e empresários, reduzem o risco de penalidades impostas pela entidade governamental, como multas ou suspensão do direito de participar de licitações públicas.

Todavia, a pandemia, além de modificar os contratos existentes, também acaba criando contratos. Os contratos de emergência com licitação, foram alterados pela Medida Provisória n.º 926, publicada em 20 de março de 2020, introduzindo novas regras detalhadas sobre o processo de dispensa de licitação para lidar com a emergência do “COVID-19”.

Essas regras simplificaram amplamente o processo, haja vista que estudos anteriores, fichas técnicas e estimativas de preços foram simplificadas. As estimativas agora podem ser dispensadas e a aquisição de itens usados passou a ser permitida.

Pela primeira vez, é permitido contratar empresas que cumpram pena de suspensão. Além disso, certos documentos também não serão mais necessários. Os contratos de emergência podem ser válidos por até seis meses, prorrogáveis quando necessário para lidar com o estado de emergência de saúde pública. As alterações podem prever acréscimos ou exclusões do escopo do contrato em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

É provável que este processo simplificado para contratos de emergência seja atentamente monitorado pelos Tribunais de Contas e Ministério Público. Portanto, o contratado deve certificar-se que o contrato principal esteja relacionado com um processo de

renúncia, sempre de acordo com as regras aplicáveis, sob pena de responsabilidade solidária imputada ao contratante estatal.

De outro bordo, outras alterações foram estabelecidas na requisição governamental de bens e serviços privados. Anteriormente citada, a Lei n.º 13.979/2020 previu a possibilidade de requisição governamental de bens e serviços de pessoas físicas ou jurídicas, mediante pagamento de indenização a posteriori, nos termos da Constituição Federal (CF) em seu artigo 5º, inciso XXV.

O tema envolve intervenções governamentais muito excepcionais, em empresas e na propriedade privada, para lidar com situações de perigo iminente. No entanto, o dispositivo legal, não contém parâmetros específicos para requisição governamental. O que faz com que ocorra situações de possíveis abusos de autoridade, especificamente na requisição governamental de medicamentos e equipamentos.

Outro dado importante, está relacionado as regras elaboradas nos níveis federal, estaduais e municipais, com o escopo de restringir a operação de estabelecimentos comerciais e industriais, como parte dos esforços para conter o surto causado pela pandemia. A medida mais comum é restringir atividades não essenciais. Contudo, a exata caracterização de atividades essenciais acaba sendo ponto de divergência.

Foram constatados casos de fechamento obrigatório de estabelecimentos envolvidos em atividades auxiliares a serviços essenciais, como por exemplo, de indústrias envolvidas na fabricação de insumos para produtos essenciais, centros de distribuição, entre outras atividades comerciais. Tal realidade, fundamentou a revisão de critérios por parte de certos entes estatais, permitindo que houvesse flexibilização e permissão para o retorno de muitas atividades empresariais que, inicialmente, haviam sido proibidas.

Outra discussão crescente e controversa que ganha força, está relacionada aos impactos sociais e econômicos, bem como o das ordens de fechamento, haja vista buscarem um equilíbrio entre a contenção do vírus e a sobrevivência econômica. As empresas, portanto, recorreram ao judiciário como meio de obter autorização para operar, mesmo que parcialmente, visando evitar a falência ou fechamento definitivo.

4 CONSUMIDOR E CONTRATOS

A pandemia causou diversas modificações na esfera dos contratos de consumo, sendo esses normalmente regulados pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC). Com base em tal legislação, os fornecedores devem fornecer aos consumidores informações claras e precisas sobre possíveis impactos potenciais do “COVID-19”, no que esteja relacionado com o consumo de seus produtos e serviços.

Nessa realidade, os fornecedores têm responsabilidade estrita e conjunta com os consumidores, sendo que a exoneração da obrigação é legalmente possível, mas apenas em circunstâncias específicas.

No caso, *verbi gratia*, a ocorrência de força maior pode levar a que o consumidor seja prejudicado. Portanto, é extremamente importante que o fornecedor tenha desenvolvido medidas quando da prestação de serviços ou da entrega dos produtos contratados, objetivando evitar possível contaminação.

Nessas relações de consumo durante a pandemia, quando o fornecedor cancelar o fornecimento de produtos ou serviços contratados, o consumidor terá o pleno direito de reembolso, reagendamento do serviço ou entrega posterior do produto. Contudo, se cancelamento for solicitado pelo consumidor, o fornecedor deve analisar o caso específico para solução do problema. Logicamente, sempre que possível, as partes devem buscar um denominador comum para evitar reclamações aos órgãos de proteção ao consumidor ou mesmo disputas judiciais, haja vista que a utilização do bom senso num momento atípico da vida em sociedade, se revela importante na solução dos conflitos.

E, nesse cenário, vários organismos orientam e direcionam comportamentos. Exemplo disso ocorreu no dia 24 de março de 2020, quando em caráter emergencial, a Diretoria da Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo (PROCON-SP), emitiu a Nota Técnica n.º 24, recomendando que seja facultado aos consumidores, a possibilidade de conversão dos serviços contratados em crédito para futuros contratos, sem que imputação de taxas ou multas por parte do contratado.

Na opinião do PROCON-SP, serviços que podem ser fornecidos remotamente não precisam ser interrompidos. Todavia, regras específicas se aplicam a determinados produtos ou serviços, como o transporte aéreo, remessa e compras on-line, em face da interrupção ou insegurança para o consumo ou fornecimento.

Especificamente para o setor de transporte aéreo, foi emitida a Medida Provisória n.º 925, publicada em 18 de março de 2020, estabelecendo que o reembolso dos preços das

passagens aéreas deve ocorrer dentro de 12 (doze) meses, bem como que os consumidores serão exonerados de penalidades contratuais, aceitando um crédito para uso dentro desse período, com lapso temporal inicial a partir da data do voo original.

No mesmo bordo, no que se refere a indústria do turismo, foi publicada pelo governo federal a Medida Provisória n.º 948, de 08 de abril de 2020, dispondo sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Nesse contexto, também foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio do Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON); Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDF) e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), ficando normatizado a permissão do cancelamento de transporte aéreo de passageiros por conta do “COVID-19”, sendo conjuntamente estabelecida não haver mais o dever das companhias aéreas de fornecer assistência material aos passageiros, no caso de atrasos ou cancelamentos de voos devido ao fechamento de fronteiras, em razão de eventual impedimento de manter voos regulares para as áreas afetadas.

Na esfera da educação a SENACON emitiu as Notas Técnicas n.º 1, de 31 de março e 14, de 26 de março, ambas de 2020, com recomendações para creches, berçários e instituições de ensino que tiveram suas aulas suspensas devido à pandemia. Para creches e berçários, recomenda-se que consumidores considerem as alternativas dadas pelo estabelecimento antes de fazer qualquer proposta direta para reduções mensais de taxa e, se não for possível, uma solicitação de redução mensal em relação aos serviços não utilizados. Quanto as instituições de ensino, foi recomendado que os consumidores evitem solicitar mensalmente redução de taxa para não causar perturbações nas escolas que já fizeram suas programações, optando por ferramentas on-line e/ou aulas adicionais. Em todos os casos de solicitações de cancelamento e reembolso, a aplicabilidade das multas contratuais devem ser consideradas.

Concernente a isso, a SENACON emitiu a Portaria n.º 15, de 27 de março de 2020, estabelecendo a obrigatoriedade do registro de empresas na plataforma “consumidor.gov.br”, quando do enquadramento dessa na normativa. O objetivo da deliberação é o de permitir e/ou facilitar a mediação on-line para solução consensual de conflitos de consumo, ou seja, mais uma ferramenta para os consumidores buscarem seus direitos, junto as empresas com

operações nacionais ou regionais em setores que envolvem atividades essenciais e serviços públicos, forte no já citado Decreto n.º 10.282/2020.

Importante ressaltar que podem figurar com parte requerida, plataformas digitais que oferecem serviços on-line relacionados ao transporte individual ou coletivo de passageiros; atividades de entrega de alimentos; à promoção, oferta ou venda de produtos próprios ou de terceiros para consumidores finais; ou ainda, participantes do mercado listados pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), estando listadas entre as duzentas empresas que mais receberam reclamações em 2019.

Nesse contexto, importante ressaltar projetos de lei relacionados às relações de consumo. Como exemplo, o Projeto de Lei (PL) n.º 1.200, de 2020, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, permitia ao consumidor postular ação moratória nos contratos essenciais, bancários, de seguros e educacionais a favor dos consumidores economicamente afetados pela pandemia. No entanto, o PL foi retirado por solicitação do próprio senador.

Também, o PL n.º 1.179, de 2020, de autoria do Senador Antonio Anastasia, prevendo o “Regime Jurídico de Emergencial e Transitório das Relações Jurídicas de Direito Privado (RJET)”, deu origem a Lei n.º 14.010, de 10 de junho de 2020, dispondo “sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)”.

5 A PANDEMIA E A INSOLVÊNCIA

No dia 31 de março de 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Recomendação n.º 63, orientando aos tribunais, com jurisdição sobre ações de reorganização societária e de falência, a otimizarem medidas para mitigar o impacto do surto nas relações empresariais. Especificamente, O CNJ recomendou que os juízes adotassem medidas que priorizassem decisões sobre a liberação de valores, que suspendessem o comparecimento pessoal em assembleias gerais e, quando necessário, autorizassem a realização de reuniões virtuais, prorrogação do prazo de permanência de ações judiciais e de execução, entre várias outras medidas, estabelecidas durante o estado de calamidade pública.

Anteriormente citado, o Decreto Legislativo n.º 06/2020, estabeleceu diversas outras medidas relacionadas ao curso de processos judiciais. Entre os parâmetros criados, por exemplo, está a suspensão, por 60 dias, a partir da data de publicação da norma, dos prazos

das ações judiciais, inclusive as que girem em torno da existência ou cumprimento de obrigações vencidas após 20 de março de 2020.

Durante esse período, foi proibido, a exclusão judicial ou extrajudicial de garantias reais, fiduciárias, pessoais e de coobrigação, decreto de falência, despejo por falta de pagamento, rescisão unilateral de contratos bilaterais e cobrança de multas de qualquer natureza e cobradas durante esse período. Portanto, os devedores deverão procurar seus credores durante o período de emergência, objetivando a renegociação de suas obrigações, priorizando uma solução negociada de forma consensual.

6 CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

Como em muitos outros setores econômicos, a pandemia da “COVID-19” traz e continuará a trazer impactos relevantes ao mercado imobiliário. Muitos entes federativos fizeram abordagens diferentes para o problema, Em São Paulo, por exemplo, o já citado Decreto n.º 64.881/2020, estabeleceu o estado de calamidade estadual. Nesse caso, nos contratos imobiliários bandeirantes, as alegações e reivindicações podem estar relacionadas às circunstâncias imprevistas, força maior ou por motivo de carga excessiva, permitindo a rescisão ou suspensão do contrato com base na pandemia.

Contudo, os contratos têm como fundamento a *pacta sunt servanda*. Portanto, toda situação deve ser analisada caso a caso, com o escopo de verificar se uma determinada reivindicação é realmente necessária ou possível para reequilibrar ou suspender a obrigação, dado o impacto que a pandemia causou em cada relação contratual específica.

A mesma linha de raciocínio deve ser adotada no caso de relações contratuais envolvendo construção, empreendimentos imobiliários e contratos sob medida. Cada caso deve ser analisado individualmente, com base nas circunstâncias relevantes e à luz da legislação aplicável, com o escopo de verificar e avaliar os impactos concretos nas regras contratuais.

Nessa perspectiva, em diferentes cenários resultantes da pandemia, é sempre importante que o assunto seja resolvido através de negociações baseadas em um espírito de parceria e boa-fé entre as partes, haja vista que uma solução construída, no mais das vezes, se mostra mais eficaz para os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tem como ponto teórico a investigação das alterações dos institutos contratuais advindas da pandemia ocorrida no Brasil. A pesquisa fundamentou-se em uma extensa fonte de referências legislativas e doutrinárias.

O trabalho investigou as modificações e alterações nos institutos contratuais, na esfera das obrigações cíveis, empresariais, administrativas e imobiliárias, bem como no gerenciamento desses contratos, seus aspectos mais relevantes, bem como as vantagens e desvantagens com base nas alterações realizadas no corpo jurídico brasileiro.

O estudo foi fundamentado na cronologia da pandemia, mostrando seu desenvolvimento, sua evolução e transformação realizada dentro do paradigma jurídico, além de seus impactos nos processos forenses. Ainda, foram investigados os reflexos sociais relativos à progressão estatística da doença, além dos relacionados às alterações legislativas e administrativas realizadas de forma gradativa.

Em tal perspectiva, as ações e normatizações estatais buscam dar condições para que os indivíduos e empresas resolvam seus conflitos de forma eficaz, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por pessoas físicas e jurídicas em um momento atípico, mas sem deixar de respeitar condições específicas, como por exemplo, as associadas as relações de consumo.

Por derradeiro, conclui-se que as alterações normativas já realizadas foram necessárias para enfrentar um momento emergencial, ou seja, foram essenciais para administrar todo o estado de calamidade nacional advindo do “coronavírus”. Concernente a isso, com o passar do tempo, mais modificações legislativas serão realizadas, certamente deixando a marca da pandemia em toda a legislação nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 7.257, de 4 de agosto de 2010. **Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às**

vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 10.282, de 20 de março de 2020. **Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 10.292, de 25 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10292.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Decreto Legislativo n.º 06, de 20 de março de 2020. **Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 14.010, de 10 de junho de 2020. **Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14010.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Medida Provisória n.º 925, 18 de março de 2020. **Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv925.htm#:~:text=MPV%20925&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20medidas%20emergenciais%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art.&text=1%C2%BA%20Esta%20Medida%20Provis%C3%B3ria%20disp%C3%B5e,da%20pandemia%20da%20covid%2019. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Medida Provisória n.º 926, de 20 de março de 2020. **Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv926.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Medida Provisória n.º 948, de 08 de abril de 2020. **Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv948.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. **Em atenção ao disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, solicito a Vossas Excelências o reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde, com as consequentes dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em:

https://lex.com.br/legis_27991293_MENSAGEM_N_93_DE_18_DE_MARCO_DE_2020.aspx. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **Termo de Ajustamento de Conduta.** Regramentos envolvendo o cancelamento de voos nacionais e internacionais por conta da pandemia de COVID-19. Disponível em:

http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/TAC_aereas.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. **Nota Técnica n.º 01.** 31 de março de 2020. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/news/nota-tecnica-da-senacon-traz-orientacoes-sobre-relacao-entre-consumidores-e-servicos-de-bercarios-e-creches/sei_08012-000767_2020_63.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. **Nota Técnica n.º 14.** 26 de março de 2020. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-senacon-divulga-nota-tecnica-com-orientacoes-sobre-relacao-entre-consumidores-e-instituicoes-educacionais/sei_08012-000728_2020_66.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Nota Técnica n.º 02, de 06 de março de 2020. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **Orientações gerais sobre o impacto do coronavírus (COVID-19) nas relações consumeristas, especialmente no setor de transporte aéreo.** Disponível em:

<https://www.novo.justica.gov.br/news/senacon-do-mj-11181853-nota-tecnica.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Portaria n.º 15, de 27 de março de 2020. **Determina o cadastro de empresas na plataforma Consumidor.gov.br para viabilizar a mediação via internet, pela Secretaria Nacional do Consumidor, dos conflitos de consumo notificados eletronicamente, nos termos do art. 34 do Decreto no 2.181, de 20 de março de 1997.** Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-15-de-27-de-marco-de-2020-250710160>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020. **Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).** Ministério da Saúde Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt188-20-ms.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Portaria n.º 456, de 11 de março de 2020. **Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).** Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus 2019-nCoV.** Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública. Ministério da Saúde. Brasília/DF. 2020. Disponível em:

<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/plano-contingencia-coronavirus-preliminar.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Recomendação n.º 63, de 31 de março de 2020. **Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência a adoção de medidas para a mitigação do impacto decorrente das medidas de combate à contaminação pelo novo coronavírus causador da Covid-19.** Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3261>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei n.º 1.179, de 2020. **Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do Coronavírus (Covid-19).** Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141306>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei n.º 1.200, de 2020. **Institui a moratória em contratos essenciais, bancários, securitários e educacionais em favor dos consumidores afetados economicamente pela pandemia de coronavírus (COVID-19).** Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141328>. Acesso em: 26 jun. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n° 40.509, de 11 de março de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390582>. Acesso em: 26 jun. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 40.550, de 23 de março de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391463>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FRANCA (Cidade). Prefeitura Municipal. Decreto n.º 11.018, de 19 de março de 2020. **Declara situação de emergência no Município de Franca e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19.** Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/diario-oficial/documentos/1481-Extra-19032020.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Coronavirus.** Tópicos de Saúde. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1. Acesso em: 25 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Pandemic (H1N1) 2009: frequently asked questions.** Tópicos de Saúde. Disponível em: https://www.who.int/csr/disease/swineflu/frequently_asked_questions/en/. Acesso em: 25 jun. 2020.

PEREIRA, Sheila Duarte. Conceitos e Definições da Saúde e Epidemiologia usados na Vigilância Sanitária. São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid_visu.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

RIBERIRÃO PRETO (Cidade). Prefeitura Municipal. Decreto n.º 065, de 16 de março de 2020. **Dispõe sobre adoção, no âmbito da administração direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo “Covid-19” (Novo Coronavírus).** Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=39493>. Acesso em: 26 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n° 46.970, de 13 de março de 2020. **Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), do rime de trabalho de servidor público e contrato e dá outras providências.** Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/3/701227DC49723A_decreto46970.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.º 46.973, de 16 de março de 2020. **Reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus**

(COVID-19); e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391123>. Acesso em: 26 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.º 46.984, de 20 de março de 2020. **Decreta estado de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.** Disponível em:

http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/Subportais/PortalGestaoPessoas/Legisla%c3%a7%c3%b5es%20SILEP/Legisla%c3%a7%c3%b5es/2020/Decretos/DECRETO%20N%c2%ba%2046.984%20DE%2020%20DE%20MAR%c3%87O%20DE%202020_DECRETA%20CALAMIDADE%20P%c3%9aBLICA%20NO%20ERJ%20%281%29.pdf?lve. Acesso em: 26 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.º 47.006, de 27 de março de 2020. **Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (Covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.**

Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391908>. Acesso em: 26 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.º 47.027, de 13 de abril de 2020. **Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.**

Disponível em:

http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/Subportais/PortalGestaoPessoas/Legisla%c3%a7%c3%b5es%20SILEP/Legisla%c3%a7%c3%b5es/2020/Decretos/DECRETO%20N%c2%ba%2047.027%20DE%2013%20DE%20ABRIL%202020_MEDIDAS%20DE%20ENFRENTAMENTO%20CORONAV%20%281%29.pdf?lve. Acesso em: 26 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei n.º 8.767, de 23 de março de 2020. **Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro em razão da doença covid-19 causada pelo novo coronavírus (sars-civ-2).** Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-8767-2020-rio-de-janeiro-dispoe-sobre-o-cancelamento-ou-remarcacao-de-passagens-aereas-bem-como-de-pacotes-de-viagens-adquiridos-no-ambito-do-estado-do-rio-de-janeiro-em-razao-da-doenca-covid-19-causada-pelo-novo-coronavirus-sars-civ-2>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Decreto n.º 59.283, de 16 de março de 2020. **Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.** Disponível em:

<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59283-de-16-de-marco-de-2020>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Controle de Doenças. **Boletim Epidemiológico Paulista**. v. 13, n.º 153 -154, set./out., 2016, ISSN 1806-423-X. Disponível em:

http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/edicao_153-154_3- setembro-outubro_-_30_anos_cvs_2.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 64.862, de 13 de março de 2020. **Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual.** Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390733>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 64.879, de 20 de março de 2020. **Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.** Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391282>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 64.881, de 22 de março de 2020. **Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares.** Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-quarentena.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor. **Nota Técnica n.º 24.** Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/notas-tecnicas/anexos/NotaTcnica242020.pdf>